

Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro
J. E. Carreira Alvim
Luciana G. Carreira Alvim Cabral

DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

3ª Edição
Revista e Atualizada 2023

Curitiba
Juruá Editora
2023

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0607-9

1242601

JURUA
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Alvim, J. E. Carreira.

A475 Direito processual previdenciário./ J. E. Carreira Alvim,
Luciana Gontijo Carreira Alvim Cabral, Maria Helena Car-
reira Alvim Ribeiro./ 3ª edição./ Curitiba: Jurua, 2023.
608p.

1. Direito processual. 2. Direito previdenciário. I. Cabral,
Luciana Gontijo Carreira Alvim. II. Ribeiro, Maria Helena
Carreira Alvim. III. Título.

CDD 344.032 (22.ed)
CDU 349.3

00025

SUMÁRIO

1	PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	23
1.1	CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS.....	23
1.2	PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	23
1.2.1	Configuração do Processo Previdenciário	24
1.2.2	Justificação Administrativa.....	25
1.2.3	Justificação Judicial	26
1.2.4	Normas Processuais Heterotópicas.....	26
1.3	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	31
1.4	SUJEITOS DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	34
1.4.1	Juiz como Integrante do Juízo	35
1.4.1.1	Perfil do juiz previdenciário.....	36
1.4.2	Sujeitos Parciais.....	37
1.4.3	Sujeitos Secundários.....	38
1.5	ADVOGADO E MINISTÉRIO PÚBLICO	38
1.6	SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	38
1.7	CONCEPÇÃO MODERNA DE “PARTE”	39
1.8	IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE “PARTE”	40
1.9	PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DAS PARTES	40
1.10	ESCOPO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	41
2	AÇÃO PREVIDENCIÁRIA	43
2.1	CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	43
2.2	AÇÃO PREVIDENCIÁRIA	44
2.2.1	Conceito Moderno de Ação	45
2.2.2	Ação <i>Contra</i> o Réu ou <i>em Face</i> do Réu?.....	45
2.3	CONDIÇÕES DA AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	47
2.3.1	Possibilidade Jurídica do Pedido: Condição da Ação ou Mérito?.....	52
2.3.2	Problemática da Ação: Teoria Abstratista <i>Versus</i> Teoria Eclética	53
2.3.3	Teoria da Asserção e seu Desvio Metodológico	55
2.3.4	Ação <i>Existente</i> e Ação <i>Fundada</i>	57

2.3.5	Vícios Vocabulares no Exercício da Ação.....	57
2.4	CONDIÇÃO <i>ESPECÍFICA</i> DA AÇÃO PREVIDENCIÁRIA: PRÉVIO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO	59
2.4.1	Perplexidade Exegética sobre o Prévio Requerimento Administrativo.....	62
2.4.1.1	Prévio requerimento administrativo no âmbito dos Tribunais Regionais Federais	64
2.4.1.2	Prévio requerimento administrativo no âmbito dos Juizados Especiais Federais	66
2.4.1.3	Prévio requerimento administrativo no âmbito do STJ	67
2.4.1.4	Prévio requerimento administrativo no âmbito do STF	68
2.4.1.5	Ainda a problemática do prévio requerimento administrativo na esfera previdenciária.....	70
2.5	INDEFERIMENTO PRESUMIDO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO	71
2.6	EFEITO DO AJUZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL SOBRE O RECURSO ADMINISTRATIVO.....	72
2.7	ELEMENTOS DA AÇÃO PREVIDENCIÁRIA	73
2.8	CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA DAS AÇÕES.....	75
2.9	AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS GENÉRICAS.....	76
2.10	AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EXTRAVAGANTES.....	82
2.11	AÇÕES DE PROCEDIMENTO ESPECIAL	84
2.12	AÇÕES DE CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	94
2.13	OUTRAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	97
3	PROBLEMÁTICA DO PROCESSO COLETIVO PREVIDENCIÁRIO	101
3.1	SISTEMA PROCESSUAL COMO <i>MACROCOSMO</i>	101
3.1.1	Sistema Processual Periférico em Especial	102
3.1.2	Socorro Mútuo entre os Sistemas Processuais	103
3.2	PROCESSO COLETIVO E SUA PROBLEMÁTICA NA ESFERA PREVIDENCIÁRIA.....	105
3.3	AÇÃO COLETIVA PREVIDENCIÁRIA	106
3.3.1	Ação Coletiva nos Juizados Especiais Federais	111
3.3.2	A Ação Civil Pública Previdenciária	111
3.4	FUNDAMENTO DA AÇÃO COLETIVA PREVIDENCIÁRIA: O <i>INTERESSE LEGÍTIMO</i>	116
3.4.1	Distinção entre Direito Subjetivo e Interesse Legítimo.....	117
3.5	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PREVIDENCIÁRIO.....	119
3.5.1	Legitimação do Partido Político no <i>Mandado de Segurança Coletivo</i> Previdenciário	119

3.5.2	Jurisprudência Equivocada no <i>Mandado de Segurança Coletivo</i> Previdenciário.....	121
3.5.3	Legitimação de Organização Sindical, Entidade de Classe ou Associação no Mandado de Segurança Coletivo Previdenciário.....	126
3.6	<i>HABEAS DATA</i> COLETIVO PREVIDENCIÁRIO.....	133
3.7	MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO PREVIDENCIÁRIO.....	135
4	LIDE PREVIDENCIÁRIA	139
4.1	OBJETO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	139
4.2	LIDE COMO OBJETO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	141
4.3	LIDE PREVIDENCIÁRIA.....	143
4.4	ESPECIFICIDADES DA LIDE PREVIDENCIÁRIA.....	144
5	PROCESSO DE CONHECIMENTO PREVIDENCIÁRIO	149
5.1	PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	149
5.2	PRINCÍPIOS PROCESSUAIS.....	150
5.2.1	Princípios Fundamentais do Processo Previdenciário.....	154
5.3	PRINCÍPIOS PROCEDIMENTAIS.....	156
5.4	TIPOLOGIA DO PROCESSO.....	158
5.5	ESPÉCIES DE PROCEDIMENTO.....	160
5.5.1	Procedimento Comum Previdenciário.....	160
5.5.2	Procedimentos Especiais Previdenciários.....	161
5.5.3	Procedimento Sumaríssimo Previdenciário.....	161
5.5.3.1	Oralidade no procedimento sumaríssimo.....	162
5.6	PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DO STJ: RECURSO ESPECIAL SOB DISFARCE.....	162
5.7	MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	163
5.7.1	Ministério Público, o Idoso e a Criança e o Adolescente.....	165
6	COMPETÊNCIA NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	169
6.1	NORMAS GERAIS DE COMPETÊNCIA.....	169
6.1.1	Crítérios de Determinação da Competência no Processo Civil.....	170
6.2	COMPETÊNCIA DE JURISDIÇÃO.....	171
6.3	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA.....	171
6.3.1	Competência dos Juizados Especiais Federais.....	175
6.3.2	Problemática sobre o Valor da Causa.....	175
6.4	SÚMULA 689 DO STF: UMA INCÓGNITA DECIFRADA.....	176

6.5	COMPETÊNCIA DELEGADA DA JUSTIÇA ESTADUAL.....	179
6.6	COMPETÊNCIA CONCORRENTE EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA...	182
6.7	COMPETÊNCIA PARA AÇÃO COLETIVA PREVIDENCIÁRIA.....	183
6.8	COMPETÊNCIA PARA MANDADO DE SEGURANÇA PREVIDEN- CIÁRIO	184
7	PARTÍCIPES DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	185
7.1	SUJEITOS DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	186
7.1.1	Sujeito Imparcial do Processo	186
7.1.2	Sujeitos Parciais do Processo.....	186
7.1.2.1	Autor ou demandante	187
7.1.2.2	Réu ou demandado	187
7.1.3	Sujeitos Secundários do Processo	188
7.1.4	Sujeitos <i>Sui Generis</i> do Processo.....	188
7.2	CONCEITO MODERNO DE “PARTE”	189
7.2.1	Importância do Conceito de “Parte”.....	191
7.2.2	Denominação das Partes no Processo	191
7.3	PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DAS PARTES	192
7.4	AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES NO PROCESSO: O PRIN- CÍPIO DISPOSITIVO	193
7.4.1	Princípio Dispositivo, Sucumbência e Teoria da Causalidade	194
7.5	PLURALIDADE DE PARTES: LITISCONSÓRCIO	195
7.5.1	Litisconsórcio na Previdência Social	196
7.5.1.1	Previdência complementar e litisconsórcio	196
7.5.1.2	Litisconsórcio noutras ações previdenciárias	197
7.5.2	Classificação do Litisconsórcio.....	198
7.5.3	Fundamentos do Litisconsórcio	200
7.5.4	Eficácia da Sentença no Litisconsórcio.....	201
7.5.5	Despesas e Honorários Advocatícios no Litisconsórcio.....	202
7.6	DESPESAS PROCESSUAIS E SEU ALCANCE	203
7.6.1	Abrangência das Despesas Processuais.....	205
7.6.2	Problemática da Remuneração do Assistente Técnico.....	205
7.6.3	Honorários Advocatícios e Critérios de Fixação.....	207
7.6.3.1	Honorários na reconvenção, no cumprimento da senten- ça e nos recursos	209
7.6.3.2	Fixação de honorários contra a Fazenda Pública.....	210
7.6.3.3	Ainda os honorários advocatícios recursais.....	213
7.6.3.4	Natureza jurídica dos honorários advocatícios e sua ti- tularidade.....	215
7.6.3.5	Honorários advocatícios em causa própria e fixados por arbitramento judicial.....	217

7.6.4	Sucumbência Recíproca no Processo.....	218
7.6.5	Custas e Despesas Processuais a Cargo da Fazenda Pública	219
7.6.5.1	Isenção de custas na Justiça Federal e nos Juizados Especiais	221
7.6.5.2	Isenção de custas ao INSS na justiça do Distrito Federal	221
7.6.5.3	Não isenção do INSS na Justiça Estadual	222
7.6.5.4	Particularidades das custas na Justiça Federal.....	222
7.6.6	Gratuidade de Justiça.....	224
7.6.6.1	Extensão da gratuidade de justiça	225
7.6.6.2	Sucumbência do beneficiário de justiça gratuita	230
7.6.6.3	Recurso na gratuidade de justiça.....	231
7.7	REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DAS PARTES: O ADVOGADO	233
7.7.1	Requisitos da Procuração “ <i>Ad Judicia</i> ”	235
7.7.2	Direitos Processuais do Advogado	236
7.7.3	Representação Judicial da Autarquia Previdenciária	238
7.8	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO... 238	
7.8.1	Denúnciação da Lide no Processo Previdenciário	239
7.8.1.1	Ação regressiva acidentária e denúnciação da lide pelo INSS.....	241
7.8.2	Chamamento do Processo na Esfera Previdenciária	243
7.8.3	Assistência no Processo Previdenciário	245
7.8.4	Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	248
7.8.5	<i>Amicus Curiae</i> no Processo Previdenciário	250
7.9	SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	257
7.10	JUIZ E AUXILIARES DA JUSTIÇA	258
7.11	IGUALDADE DE TRATAMENTO DAS PARTES.....	259
7.12	DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	259
7.13	ATO CONTRÁRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA E ATOS PROTETÓRIOS	259
7.14	MEDIDAS POSSÍVEIS PARA CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL... 260	
7.15	FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL	261
7.16	COMPARECIMENTO PESSOAL DAS PARTES EM JUÍZO.....	262
7.17	RESPONSABILIDADE CIVIL DO JUIZ.....	264
7.18	LACUNA OU OBSCURIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	265
7.18.1	Equidade no Processo Previdenciário	266
7.19	IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO JUIZ.....	267
7.19.1	Motivos de Impedimento do Juiz.....	267

7.19.2	Motivos de Suspeição do Juiz.....	269
7.20	IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	269
7.21	CONCILIADORES E MEDIADORES NA ESFERA PREVIDENCIÁRIA ...	270
7.22	MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA PÚBLICA E DEFENSORIA PÚBLICA.....	272
7.22.1	Ministério Público na Demanda Previdenciária.....	272
7.22.2	Advocacia Pública.....	275
7.22.3	Defensoria Pública.....	277
8	DINÂMICA DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	281
8.1	DINÂMICA DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	281
8.1.1	Atos, Fatos e Negócios Jurídicos Processuais.....	282
8.1.2	Princípios Informativos dos Atos Processuais.....	284
8.1.3	Tempo e Prazo na Prática de Atos Processuais.....	284
8.1.4	Prazo, Revelia e Preclusão.....	286
8.2	FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS.....	287
8.3	MUDANÇAS NO PROCEDIMENTO PREVIDENCIÁRIO.....	289
8.3.1	Calendário Procedimental.....	291
8.4	ATOS PROCESSUAIS DAS PARTES.....	291
8.5	PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ NO PROCESSO.....	293
8.6	TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS.....	294
8.7	PRAZOS NA PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS.....	296
8.7.1	Determinação de Prazo pelo Juiz.....	296
8.7.2	Prazo Dilatório e Comparecimento do Intimado.....	297
8.7.3	Inexistência de Preceito Legal ou Determinação Judicial para a Prática do Ato Processual.....	299
8.7.4	Ato Praticado Antes do Termo Inicial do Prazo.....	299
8.8	CONTAGEM DO PRAZO EM DIAS ÚTEIS.....	300
8.8.1	Obstáculo Criado pela Parte e Suspensão do Prazo.....	302
8.8.2	Forma de Contagem do Prazo Processual.....	303
8.8.3	Contagem do Prazo na Visão do Supremo Tribunal Federal.....	306
8.9	PRAZO PARA A PRÁTICA DE ATO PROCESSUAL PELO JUIZ.....	308
8.10	PRAZO PARA A PRÁTICA DE ATO PROCESSUAL NO LITISCONSÓRCIO.....	309
8.11	COMEÇO DA CONTAGEM DO PRAZO.....	310
8.12	DIA DO COMEÇO DO PRAZO PARA AS PARTES.....	311
8.13	CITAÇÃO DAS PARTES NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	317

8.13.1	Efeitos da Citação Válida	317
8.13.2	Formalidades da Citação.....	320
8.13.3	Motivos Impedientes da Citação.....	320
8.13.4	Modalidades de Citação no Processo Previdenciário	321
8.14	PROBLEMÁTICA DA INTIMAÇÃO NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	323
8.14.1	Modo como São Feitas as Intimações.....	326
8.15	NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS	327
8.15.1	Nulidade das Citações e Intimações	328
8.15.2	Nulidade Parcial do Ato Processual.....	329
8.15.3	Repetição ou Retificação do Ato Processual	330
9	VALOR DA CAUSA PREVIDENCIÁRIA	333
9.1	FINALIDADE DO VALOR DA CAUSA	333
9.2	VALOR DA CAUSA PREVIDENCIÁRIA	334
9.2.1	Crerios de Fixação do Valor da Causa Previdenciária.....	334
9.2.2	Valor da Causa com Prestações Vencidas e Vincendas	339
9.2.3	Método Prático de Cálculo do Valor da Causa Previdenciária	339
9.3	CORREÇÃO (RETIFICAÇÃO) DE OFÍCIO DO VALOR DA CAUSA	340
9.4	IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	341
10	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	343
10.1	PROPOSITURA DA AÇÃO PREVIDENCIÁRIA	343
10.2	SUSPENSÃO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	344
10.2.1	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	345
10.2.2	Ainda a Suspensão do Processo Previdenciário.....	346
10.3	REALIZAÇÃO DE ATOS URGENTES DURANTE A SUSPENSÃO DO PROCESSO.....	349
10.4	EXTINÇÃO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	349
11	POSTULAÇÃO E CONTRADITÓRIO NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO ..	351
11.1	PETIÇÃO INICIAL: REQUISITOS ESSENCIAIS	351
11.1.1	Instrução da Petição Inicial.....	354
11.1.2	Emenda da Petição Inicial.....	356
11.1.3	Aditamento ou Alteração do Pedido e da Causa de Pedir.....	357
11.1.4	Indeferimento da Petição Inicial	357
11.1.5	Outros Casos de Indeferimento da Petição Inicial	359
11.2	JUÍZO DE RETRATAÇÃO E RECURSO.....	360

11.3	IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	360
11.4	PROBLEMÁTICA DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	361
11.4.1	Prescrição de Benefício Previdenciário.....	364
11.5	SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR E RECURSO.....	365
11.5.1	Juízo de Retratação no Recurso	365
11.6	CONTESTAÇÃO E TERMO INICIAL PARA CONTESTAR.....	366
11.6.1	Natureza Jurídica da Contestação	368
11.6.2	Revelia e Efeito da Revelia no Processo Previdenciário	368
11.6.3	Efeitos Material e Processual da Revelia	370
11.6.3.1	Cessação do efeito processual da revelia.....	371
11.7	MATÉRIA ALEG�VEL NA CONTESTAÇÃO.....	372
11.8	RÉPLICA NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	375
11.9	ALCANCE DA LITISPENDÊNCIA E DA COISA JULGADA	376
11.10	NOVAS ALEGAÇÕES PELO RÉU APÓS A CONTESTAÇÃO.....	377
11.11	RECONVENÇÃO NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	378
11.12	RESPOSTA � RECONVENÇÃO DO INSS.....	380
12	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO PREVIDEN- CI�RIO	383
12.1	EXTINÇÃO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	383
12.2	JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO.....	385
12.2.1	Julgamento Antecipado Parcial do Mérito.....	386
12.2.2	Obrigação Líquida ou Il�quida no Processo Previdenciário	387
12.3	RECURSO DA DECISÃO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DO M�- RITO	388
13	SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO ...	389
13.1	SANEAMENTO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	389
13.2	CONTEÚDO DO SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ...	389
13.3	PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DE AJUSTE	391
13.4	CONVENÇÃO DAS PARTES NA DELIMITAÇÃO DE QUESTÕES PRO- BANDAS.....	391
13.5	AUDIÊNCIA DE COOPERAÇÃO DAS PARTES NO PROCESSO	392
13.6	PRODUÇÃO DE PROVA ORAL E APRESENTAÇÃO DO ROL DE TES- TEMUNHAS.....	392
13.7	CALENDÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL	393
13.8	INTERVALO ENTRE AS AUDIÊNCIAS.....	394

14	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	395
14.1	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	395
14.2	PRODUÇÃO DE PROVA ORAL	395
14.3	ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	397
14.3.1	Antecipação ou Adiamento da Audiência.....	399
14.4	DEBATES ORAIS OU RAZÕES FINAIS.....	399
14.5	PROLAÇÃO DA SENTENÇA NA AUDIÊNCIA	400
15	PROVAS NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	403
15.1	PROVA NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	403
15.2	CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS.....	404
15.3	INDEFERIMENTO DE PROVA INÚTIL OU PROTETÓRIA	405
15.4	APRECIÇÃO RACIONAL DA PROVA PELO JUIZ.....	406
15.5	PROVA EMPRESTADA NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	407
15.5.1	Prova Empréstada e a Exposição do Segurado a Agentes Insalubres	407
15.5.2	Prova Empréstada nos Tribunais	408
15.6	DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO.....	410
15.6.1	Dinamização do Ônus da Prova.....	411
15.6.2	Convenção das Partes sobre o Ônus da Prova	412
15.7	FATOS QUE CARECEM DE PROVA.....	413
15.7.1	Fatos que Não Carecem de Prova.....	413
15.7.2	Outros Fatos que Não Carecem de Prova	415
15.7.3	Problemática dos Fatos Negativos	415
15.7.3.1	Alcance da fórmula “ <i>Negativa non sunt probanda</i> ”.....	416
15.8	REGRAS DA EXPERIÊNCIA OU MÁXIMAS DA EXPERIÊNCIA.....	416
15.9	PROVA PRODUZIDA POR MEIO DE CARTA PRECATÓRIA	417
15.10	DEVER DE COLABORAR COM O PODER JUDICIÁRIO	418
15.11	DEVER DO TERCEIRO EM RELAÇÃO À PROVA	418
15.12	PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	419
16	PROVAS EM ESPÉCIES NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	423
16.1	PROBLEMÁTICA DO DEPOIMENTO PESSOAL	423
16.2	EXIBIÇÃO JUDICIAL DE DOCUMENTO	424
16.2.1	Requisitos do Pedido de Exibição.....	425
16.2.2	Inadmissão de Recusa em Exibir.....	426
16.2.3	Consequência da Falta ou Recusa de Exibição do Documento.....	426

16.2.4	Exibição de Documento por Terceiro	427
16.3	FORÇA PROBANTE DOS DOCUMENTOS	428
16.3.1	Documento Público e Instrumento Público	428
16.3.2	Instrumento Público da Substância do Ato	429
16.4	AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO	430
16.5	INDIVISIBILIDADE DO DOCUMENTO	431
16.6	DOCUMENTO COM ENTRELINHA, EMENDA, BORRÃO OU CANCELAMENTO	431
16.7	ARGUIÇÃO DE FALSIDADE DO DOCUMENTO	432
16.8	CONTRADITÓRIO MITIGADO NO INCIDENTE DE FALSIDADE	433
16.9	CONCORDÂNCIA DA PARTE EM RETIRAR O DOCUMENTO DOS AUTOS	433
16.10	JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS	434
16.11	REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS PELO JUIZ	434
16.12	DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	435
16.13	ADMISSIBILIDADE E INDEFERIMENTO DA PROVA TESTEMUNHAL	435
16.14	COMEÇO DE PROVA POR ESCRITO NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	436
16.15	INCAPAZES PARA TESTEMUNHAR NO PROCESSO	438
16.16	AUDIÊNCIA DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHAS	439
16.16.1	Forma de Intimação da Testemunha	440
16.16.2	Método de Inquirção das Testemunhas	441
16.16.3	Qualificação da Testemunha	442
16.16.4	Compromisso Prestado pelas Testemunhas	443
16.16.5	Ordem de Inquirção das Testemunhas	443
16.16.6	Formalização dos Depoimentos das Testemunhas	444
16.16.7	Testemunhas Referidas e Acareação no Processo	445
16.17	INSPEÇÃO JUDICIAL	446
17	PROVA PERICIAL NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	449
17.1	PROVA PERICIAL E SEU CONTEÚDO	449
17.2	INDEFERIMENTO DA PROVA PERICIAL	451
17.3	PROVA PERICIAL SIMPLIFICADA	451
17.4	PERÍCIA INCONCLUSIVA OU DEFICIENTE	452
17.5	PERÍCIA POR CARTA PRECATÓRIA	453
17.6	PROCEDIMENTO PERICIAL	453

17.6.1	Dispensa de Termo de Compromisso de Perito	455
17.6.2	Natureza da Atividade do Assistente Técnico	455
17.6.2.1	Pressupostos do assistente técnico e eficácia da perícia ...	456
17.6.3	Contraditório na Realização da Prova Pericial	457
17.6.4	Substituição do Perito	457
17.6.5	Formulação de Quesitos Suplementares	457
17.6.6	Atividade Judicial na Quesitação na Perícia	458
17.6.7	Conteúdo do Laudo Pericial	458
17.6.8	Início da Produção da Prova Pericial	459
17.6.9	Apresentação do Laudo Pericial e Pareceres Técnicos	460
17.6.10	Proposta de Acordo entre as Partes	462
17.7	AUTENTICIDADE OU FALSIDADE DE DOCUMENTO	462
17.8	PERÍCIA SOBRE AUTENTICIDADE DE LETRA OU FIRMA	463
17.9	APRECIÇÃO E VALORAÇÃO DA PROVA PERICIAL PELO JUIZ	463
17.10	NOVA PERÍCIA OU SEGUNDA PERÍCIA	464
17.11	PERÍCIA DIRETA E PERÍCIA INDIRETA	465
17.12	DISPENSA DA PROVA PERICIAL	466
18	SENTENÇA	469
18.1	SENTENÇA E SEU CONTEÚDO	469
18.2	SENTENÇA <i>SEM</i> RESOLUÇÃO DE MÉRITO	470
18.3	CONSEQUÊNCIAS DA SENTENÇA <i>SEM</i> RESOLUÇÃO DE MÉRITO	475
18.4	SENTENÇA <i>COM</i> RESOLUÇÃO DE MÉRITO	476
18.4.1	Reconhecimento do Direito Previdenciário pelo INSS	479
18.4.2	Problemática do Reconhecimento do Pedido	480
18.4.3	Mito da “Indisponibilidade” do Direito	481
18.4.3.1	Flexibilização da indisponibilidade do benefício previdenciário	483
18.4.3.2	Problemática da renúncia e desistência de direito fundamental	485
18.4.4	Ainda a Resolução do Mérito da Causa	487
18.5	SUPERAÇÃO DE QUESTÕES PRELIMINARES	489
18.6	ELEMENTOS ESSENCIAIS DA SENTENÇA	489
18.7	FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA	491
18.7.1	Precedente e Enunciado de Súmula Vinculante	494
18.7.2	Construção Hipotética de um “Precedente”	496
18.7.3	Outros Exemplos de <i>Ratio Decidendi</i>	497
18.7.4	Ainda a Fundamentação da Sentença	498

18.7.5	Colisão de Normas Jurídicas e o Princípio da Ponderação.....	500
18.7.6	Interpretação da Decisão Judicial e o Princípio da Boa-fé	503
18.8	ACOLHIMENTO OU REJEIÇÃO DO PEDIDO	503
18.8.1	Fungibilidade do Objeto do Processo.....	504
18.8.1.1	Fungibilidade do pedido e pedido em ordem subsidiária....	508
18.8.1.2	Teoria do acertamento da relação jurídica previdenciária...509	
18.9	FATO POSTERIOR INFLUENTE NO JULGAMENTO.....	512
18.10	ALTERAÇÃO DA SENTENÇA E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	513
18.11	EFICÁCIA DA SENTENÇA TRABALHISTA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	515
18.11.1	Sentença Trabalhista Típica e Atípica.....	519
18.11.2	Tutela Antecipada na Sentença Previdenciária	521
19	TUTELA PROVISÓRIA NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	523
19.1	MODALIDADES DE TUTELA PROVISÓRIA	523
19.2	EFICÁCIA DA TUTELA PROVISÓRIA	524
19.3	MEDIDAS ADEQUADAS NA EFETIVAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA.....	525
19.4	EFETIVAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA	526
19.5	MOTIVAÇÃO NA DECISÃO SOBRE TUTELA PROVISÓRIA.....	527
19.6	COMPETÊNCIA NA TUTELA PROVISÓRIA.....	527
19.7	PRESSUPOSTOS DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	530
19.8	ELEMENTOS CONATURAIS DO SISTEMA DE TUTELA JURÍDICA ...	532
19.9	PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DOS EFEITOS DA DECISÃO LIMINAR	533
19.10	AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA	534
19.11	PREJUÍZO DECORRENTE DA EFETIVAÇÃO DA TUTELA URGENTE...534	
20	IRREPETIBILIDADE DE VALORES ALIMENTARES	537
20.1	IRREPETIBILIDADE DE VALORES ALIMENTARES	537
20.2	IRREPETIBILIDADE DE VALORES RECEBIDOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	537
20.3	IRREPETIBILIDADE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	538
20.4	IRREPETIBILIDADE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	539
20.5	REVÉS DA IRREPETIBILIDADE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO NO STJ.....	540

20.6	SISTEMA PERIFÉRICO PROCESSUAL SOCORRE A “IRREPETIBILIDADE” DE ALIMENTOS, VEDANDO A COMPENSAÇÃO PELO INSS	543
20.7	IRREPETIBILIDADE DE VALORES ALIMENTARES NA DOCTRINA... 544	
20.8	<i>DISTINGUISHING</i> NA IRREPETIBILIDADE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO	545
20.9	COBRANÇA JUDICIAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO INDEVIDAMENTE PAGO	546
20.10	MIRAGEM JURISPRUDENCIAL E SUCUMBÊNCIA INDUZIDA	546
21	TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	549
21.1	TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	549
21.2	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.....	552
21.3	CONTESTAÇÃO DA DEMANDA	553
21.4	NÃO ADITAMENTO DO PEDIDO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	553
21.5	REQUISITO ESPECÍFICO DO PEDIDO DE TUTELA ANTECEDENTE..	554
21.6	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	554
21.7	ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA.....	555
21.7.1	Estabilização da Tutela no Processo Previdenciário.....	556
21.8	EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO	557
21.9	REVISÃO, REFORMA OU INVALIDAÇÃO DA TUTELA ESTABILIZADA	558
21.10	DECADÊNCIA DA AÇÃO REVISIONAL, REFORMATÓRIA OU INVALIDATÓRIA	559
21.11	CONSERVAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ESTABILIZADA.....	559
21.12	TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA E COISA JULGADA.....	560
22	TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	561
22.1	TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	561
22.2	FUNGIBILIDADE DA TUTELA CAUTELAR EM TUTELA ANTECIPADA	562
22.3	DEFESA NA DEMANDA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE SEM LIMINAR	563
22.4	FALTA DE CONTESTAÇÃO NO PEDIDO CAUTELAR ANTECEDENTE..	564
22.5	CONTESTAÇÃO DO PEDIDO E PROCEDIMENTO COMUM	565
22.6	EFETIVAÇÃO DA TUTELA CAUTELAR E PEDIDO PRINCIPAL	565

22.7	PEDIDO PRINCIPAL E PEDIDO CAUTELAR EM CONJUNTO	566
22.8	ADITAMENTO DA CAUSA DE PEDIR	566
22.9	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO	567
22.10	CONTESTAÇÃO NA TUTELA CAUTELAR <i>COM</i> LIMINAR	568
22.11	CESSAÇÃO DA EFICÁCIA DA TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE ...	568
22.12	INDEFERIMENTO DA TUTELA CAUTELAR E PEDIDO PRINCIPAL ...	570
23	TUTELA DA EVIDÊNCIA NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	573
23.1	TUTELA DA EVIDÊNCIA	573
23.1.1	Abuso de Direito de Defesa ou Manifesto Propósito Protelatório da Parte	574
23.1.2	Alegações Comprovadas Apenas Documentalmente e Tese Julgada em Casos Repetitivos ou Objeto de Súmula Vinculante	574
23.1.3	Pedido Reipersecutório e Contrato de Depósito.....	575
23.1.4	Prova Documental Suficiente dos Fatos Constitutivos.....	575
23.2	CONCESSÃO DA TUTELA LIMINAR	576
23.3	PROBLEMÁTICA DA ESTABILIZAÇÃO NA TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	577
	REFERÊNCIAS.....	579
	ÍNDICE REMISSIVO.....	585